

a razão entorpecida

“Somente uma razão entorpecida pode crer que a criminalização das condutas de produtores, distribuidores e consumidores de algumas dentre as inúmeras substâncias psicoativas, artificialmente selecionadas para serem objeto da proibição, sirva para deter uma busca de meios de alteração do psiquismo, que deita raízes na própria história da humanidade.

Somente uma razão entorpecida pode admitir que, em troca de uma ilusória contenção desta busca, o próprio Estado fomente a violência, que só se faz presente nas atividades de produção e distribuição das drogas qualificadas de ilícitas porque seu mercado é ilegal.

Somente uma razão entorpecida pode autorizar que, sob este mesmo ilusório pretexto, se imponham restrições à liberdade de quem, eventualmente, queira causar um dano à sua própria saúde.

Somente uma razão entorpecida pode conciliar com uma expansão do poder de punir, que, crescentemente desrespeitando clássicos princípios garantidores, ameaça os próprios fundamentos do Estado de direito democrático”. ✚

Maria Lúcia Karam, juíza aposentada

hipocrisia é mato



Na marcha da maconha proibida (21/5), até esse jornal dava cadeia. Vencemos nas ruas.

Legalizar e regulamentar a maconha – e todas as drogas ilícitas

Mesmo que o uso de drogas a priori não seja um problema em si, o consumo abusivo de drogas lícitas e ilícitas pode trazer sérios problemas. No entanto, a proibição das drogas não somente não lida com essa questão (22,8% dos adultos brasileiros já usaram drogas ilícitas, e seguirão usando, nos EUA esse número é de quase 50%) como traz em si efeitos ainda mais danosos para a sociedade.

É a proibição das drogas a responsável por esse mercado de alta demanda ser regulado pela violência do crime, e também é ela quem dá ao Estado legitimidade de perseguir, encarcerar e assassinar seletivamente setores pobres da população. Ela ainda aumenta a corrupção na polícia, no legislativo e no judiciário, e impede que um tratamento não pautado pela religiosidade ou pela abstinência seja oferecido pelo Estado. Impede também a pesquisa científica séria, que pode não só melhor mesurar os efeitos negativos das substâncias como estudar seus já comprovados potenciais positivos.

Felizmente, o entendimento de que o proibicionismo é um fracasso e um problema muito maior que o abuso de drogas, caminha para se tornar hegemônico nacional e internacionalmente. Recentemente México, Argentina e República Tcheca descriminalizaram porte de drogas para consumo pessoal, se juntando a uma série de países europeus que já procederam de maneira semelhante, sem que suas sociedades fossem conduzidas à barbárie. Mesmo nos EUA, grande difusor da proibição, 14 estados já permitem a maconha medicinal, já foram realizados plebiscitos a respeito do tema e outros estão sendo planejados para 2012.

O momento é portanto de debater alternativas, de encarar propositivamente o fracasso da Guerra às drogas. O coletivo DAR não se coloca na posição de iluminar o caminho, acreditamos que o momento ainda é mais de perguntas do que de respostas, que devem ser construídas democrática e socialmente. No entanto, parece claro que o debate de alternativas deve se pautar pelas políticas de redução de danos e pelo respeito aos direitos humanos.

A descriminalização do consumo pessoal pode ser um passo, mas jamais encarada como fim, pois além de hipocritamente manter o tráfico criminalizado ela continua propiciando os meios de sustentação para o crime organizado e para a violência seletiva do Estado. Da mesma forma, a legalização somente da maconha é importante mas insuficiente, no sentido do circuito da violência em relação às outras drogas tornadas ilícitas também permanecer inalterado. O uso medicinal e com fins científicos é fundamental, mas igualmente constitui apenas parte do problema, uma vez que não só a ciência não é desprovida de cunho ideológico – e portanto não pode ser instância reguladora de condutas – como existem usos recreativos que devem ser regulamentados e respeitados.

Regulamentação, esse é o melhor sinônimo para legalização. É a proibição que abdica do controle das drogas, deixando que o mercado o faça pautado por critérios meramente econômicos. Regular todas as drogas hoje ilícitas, permitindo que o uso abusivo delas possa ser reduzido e tratado no âmbito da educação e da saúde pública parece ser o único caminho razoável a ser trilhado através do debate público – entre governos, pesquisadores, ativistas e sociedade civil como um todo. ✚

NESTA EDIÇÃO:
Dartiu Xavier:
“internação não”

Por que legalizar
todas drogas ilícitas

Aspas
desentorpecidas

O antiproibicionista

www.coletivodar.org

2º semestre / 2011

Jornal do Coletivo Desentorpecendo a Razão - DAR

nº 2



flickr IsPot 420

Marcha da Maconha: seguiremos vencendo

Após quatro anos de proibição e obscurantismo, a liberdade de expressão prevaleceu. A decisão no STF impede que interpretações medievais por parte de tribunais inferiores possam restringir o direito constitucional de discutirmos as políticas de drogas onde devem ser discutidas: nas ruas.

A Marcha da Maconha propõe, por um debate amplo e democrático com a sociedade, a criação de regras e leis para controlar o plantio, o comércio e o uso de maconha. O cenário proibicionista é de falta de regulação do mercado da planta, deixando que o controle seja feito exclusivamente pelo crime e, conseqüentemente, pela violência. A polícia nunca conseguirá deter o plantio ilegal, o transporte e o tráfico, tampouco o uso na sociedade.

O uso de drogas precisa ser encarado como uma questão cultural, em uma perspectiva histórica complexa, e seus aspectos positivos e negativos requerem política igualmente complexa e, principalmente, respeitosa dos direitos humanos.

Quem ganha com a Marcha nas ruas e sem mordação são a sociedade e o debate franco de ideias. Como demonstrado em nossas inúmeras participações em seminários, programas de TV, rádio, internet etc., estamos abertos ao diálogo com todos os setores. Mas não podemos nos furtar de apontar como a proibição das drogas é fonte da violência que atinge populações já fragilizadas socialmente, além de gerar falta de acesso à saúde pública para quem precisa, corrupção relacionada ao tráfico e ignorância sobre os efeitos, usos medicinais e a história das drogas lícitas e ilícitas.

Não fazemos apologia ao crime, uma vez que pretendemos exatamente transformar o status criminalizado de uma conduta, nem do uso indiscriminado de qualquer substância. E os proibicionistas, podem dizer que não fazem apologia à violência? Nossa defesa é da paz, de um Estado que tenha cada vez menos instrumentos de opressão e que trate seus cidadãos como capazes de tomar suas decisões.

De um lado, estão o fundamentalismo religioso, as indústrias armamentista e farmacêutica, policiais, juizes e políticos corruptos, donos de clínicas que enriquecem com a desinformação alheia e interesses geopolíticos externos. De outro, os que acreditam em uma sociedade que se pautem pelo respeito aos direitos humanos e à diversidade. Temos certeza de que a proibição cairá, assim como caíram os argumentos que sustentavam a violenta repressão à nossa marcha, realizada legalmente pela primeira vez no sábado passado.

O período proibicionista, com suas mortes e tabus, será lembrado no futuro com um democrático arrepio na espinha. Encurralados, os agentes da proibição recorrem ao discurso do medo e à extorsão emocional.

Respondemos propositivamente, clamando por um debate sem preconceitos para uma nova lei de drogas, convocando a sociedade brasileira a escolher se está do lado dos que estão lucrando ou dos que querem mudanças. ✚



APOIO:
Conselho Regional
de Psicologia SP

www.coletivodar.org

@coletivodar

coletivodar@gmail.com

Desentorpecendo a Razão - Coletivo antiproibicionista de São Paulo

“ Todos sabemos que o proibicionismo não acaba com a venda de drogas. Os países mais rígidos são os que apresentam maior crescimento na produção. No Brasil temos 40 anos de fracasso com a proibição: aumentou a produção, a comercialização, o consumo, a corrupção da polícia, a violência, de uma forma tremenda. Para que serve a política de drogas? Os objetivos que propõe não existem. ”

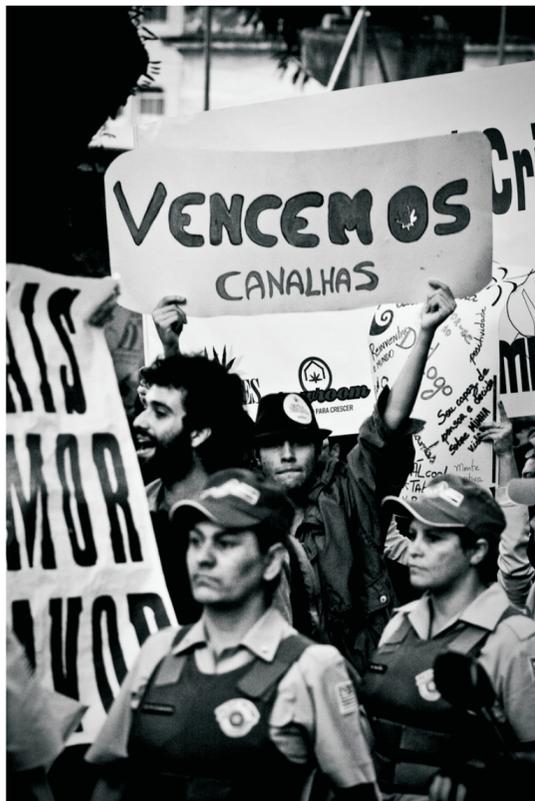
Vera Malaguti Batista, socióloga, em entrevista ao jornal Página 12

“ Há apenas duas respostas possíveis [para explicar as atuais políticas de drogas]: ou todos os líderes são coletivamente insanos, o que podemos descartar, ou simplesmente temos que buscar outros objetivos. No exterior é uma campanha de contra-insurgência, em casa, uma maneira de se livrar de uma população supérflua. ”

Noam Chomsky, intelectual dos EUA, em entrevista ao La Jornada

“ A pauta feminista e a pauta pela legalização das drogas são sempre tidas por uma visão equivocada da esquerda no Brasil como pautas secundarizadas. ”

Ana Araújo, Marcha Mundial de Mulheres, durante debate “Os efeitos da proibição das drogas sobre as mulheres”, organizado pelo DAR



“ Hoje, mais do que nunca, vivemos uma cultura do medo. Medo do que é estranho, medo do que é desconhecido. Esses discursos intolerantes na verdade não têm nada de burros, são construídos para evocar o medo nas pessoas. As minorias políticas acabam sendo as maiores vítimas desse processo, pois há muita desinformação sobre temas como sexualidade, aborto, drogas, etc. E se não há informação, há desconhecimento e medo. ”

Rodrigo Cruz, militante LGBT, em entrevista exclusiva ao DAR

“ Que melhor guerra para os Estados Unidos do que uma que lhes outorgue lucros, território e controle político e militar sem os incômodos sacos de corpos e os feridos de guerra que lhes chegaram, antes, do Vietnã e chegam agora do Iraque e do Afeganistão? ”

Subcomandante Insurgente Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) sobre a guerra às drogas no México

“ A defesa dos direitos dos consumidores de drogas ilícitas é hoje um movimento social internacional por direitos civis de um dos mais reprimidos e perseguidos setores sociais. Seu fundamento filosófico é o mesmo do feminismo e do movimento homossexual: livre disposição sobre o próprio corpo. ”

Henrique Carneiro, professor de História, em artigo publicado no site do DAR

“Internação compulsória é sistema de isolamento social, não de tratamento”, diz psiquiatra

Em entrevista originalmente publicada na Revista Caros Amigos, o psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira, professor da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e diretor do Programa de Orientação e Assistência a Dependentes (PROAD), falou sobre dependência de crack e as políticas de internação compulsória em vigor no Rio de Janeiro e em vias de aprovação pela gestão Kassab em São Paulo.

Em que casos deve haver internação compulsória?

Todo uso de drogas pode trazer algum risco de vida, mas a internação compulsória é um dispositivo para ser usado quando existe um risco constatado de suicídio. A outra situação é quando existe um quadro mental associado do tipo psicose, seria quando a pessoa tem um julgamento falseado da realidade: se ela acha que está sendo perseguida por alienígenas ou se acredita que pode voar e resolve pular pela janela. Nessas situações de psicose ou um risco de suicídio é quando poderíamos lançar mão de uma internação involuntária.

Você afirma que o número de dependentes de drogas é muito inferior ao número de usuários, que não têm problemas com o consumo de drogas.

Exatamente. Para maconha e para álcool é menos de 10% dos usuários que se tornam dependentes. Para crack, por volta de 20% a 25% que se tornam dependentes, os outros permanecem no padrão de uso recreacional. Nem todo consumo é problemático.

Esse sistema, então, corre o risco de internar usuários que não são dependentes?

É muito provável que isso aconteça. Sobretudo porque existe uma lógica muito perversa da internação compulsória que atribui a situação de miséria e de rua à droga, quando na realidade a droga não é a causa daquilo, ela é consequência. Acredito que o trabalho feito nas ruas, nas crackolândias e com crianças de rua deveria ser no sentido de resgate de cidadania, moradia, educação, saúde.

O que você acha do tratamento da dependência sem que a pessoa tenha o desejo de ser tratada?

A eficácia é muito baixa. Existem estudos mostrando que nesses modelos de internação compulsória o máximo que se consegue de eficácia é 2%, ou seja, 98% das pessoas que saem da internação recaem depois. Certamente porque a pessoa não está nem convencida a parar.

Por que depois de tanta omissão o Estado age agora, e dessa forma?

Acredito que é por conta de uma diversidade



enorme de variáveis. O que tem se falado muito é que é uma medida higienista de tirar as pessoas das ruas e que começou no Rio de Janeiro por causa da proximidade de Copa e Olimpíadas. É uma forma de tirar os miseráveis das ruas. Já vi também tentativas de implementação de internação compulsória por uma questão política, necessidade de o governante mostrar que está fazendo alguma coisa pela população, pelos drogados, apesar de ser uma coisa que não funciona pode render votos.

Um dos argumentos apresentados a favor da internação é de que se trata de menores de idade e o Estado tem a obrigação de se fazer presente.

Acho que o argumento é válido e é verdade que o Estado realmente tem que cuidar dessas crianças. Só que não acho que isso seja cuidar. Cuidar é dar moradia, educação, saúde. Não é

colocar a pessoa em um cárcere psiquiátrico, em um manicômio. Porque é isso que vai acontecer: vão ser grandes depósitos de crianças desfavorecidas e que usam drogas.

Você vê alternativas que respondem à emergência que alegam para a situação?

O trabalho deve ser na rua. As redes de CAPS [Centro de Atenção Psicossocial] são um bom exemplo e deveriam ser ampliadas. Uma equipe multidisciplinar que tem familiaridade exclusiva com o problema das drogas vai fazendo um trabalho muito de formiguinha, porque cada caso é um caso. Eles vão identificar qual é a problemática daquela pessoa, porque a pessoa está na rua, se é por uma questão familiar, se é por uma questão de abandono total, ou seja, cada situação tem que ser vista na sua singularidade justamente para ver como que entra a droga nessa singularidade.

Fizemos um trabalho na rua uma vez com umas adolescentes que usavam drogas e perguntamos o motivo do uso, elas disseram “Olha tio, a gente usa drogas porque para comer a gente precisa se prostituir. A gente é muito pequena, para ter uma relação sexual com um adulto a gente precisa se drogar, senão a gente não aguenta de dor”. Quem diria que o problema dessas meninas é a droga? Eu acho que é o último problema dessas meninas.

A internação de crianças e adolescentes abre precedente para a internação compulsória de adultos?

Certamente. E essa segunda justificativa cai por terra na hora que pensamos naquele dado que eu falei, dos usuários de crack 75% a 80% são usuários recreacionais: são pessoas que trabalham, são produtivas, que tem família, que levam a vida. No meu consultório particular eu atendo executivos que são usuários recreacionais de crack, você vai dizer que o crack torna a pessoa incapaz de pensar? Não, não se pode atribuir isso ao crack. Poderíamos fazer o mesmo raciocínio com o cigarro. O indivíduo não consegue parar de fumar, está se matando, vai ter um câncer, então ele é considerado incapaz? O crack é como a cocaína, ou seja, a pessoa não perde a noção da realidade, é que a compulsão pelo uso é muito intensa. ✎